

HABEAS CORPUS Nº 493.878 - SP (2019/0046030-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LEONARDO NASCIMENTO DE PAULA - SP0320176
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS LUCIANO SILVA BARBOSA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCOS LUCIANO SILVA BARBOSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação n. 0003298-45.2017.8.26.0635.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, pelo Juízo de 1º grau, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, IV, c/c art. 61, I, ambos do Código Penal, às penas de 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, e 11 dias-multa (fls. 36/41).

Ao julgar recurso de apelação interposto pela defesa do paciente, o Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso (fls. 47/54).

Na presente oportunidade (fls. 3/27), a impetrante alega, em síntese, constrangimento ilegal na condenação do paciente baseada *exclusivamente em suposta confissão informal do acusado, elemento informativo não corroborado em juízo* (fl. 7), o que viola o disposto no art. 155 do Código de Processo Penal, uma vez que *a confissão, por si, não basta como prova, mas deve ser comparada com os demais elementos trazidos aos autos* (fl. 11).

Argumenta, ainda, haver constrangimento ilegal na dosimetria realizada, porquanto a confissão, ainda que parcial, foi fundamento para a condenação do paciente e, nesse sentido, deve ser integralmente compensada com a agravante de reincidência, tendo em vista o entendimento firmado na jurisprudência desta Corte acerca do tema, corroborado, inclusive, no

enunciado n. 545 da Súmula desta Corte.

Quanto ao regime, aduz que deve ser fixada modalidade diversa do fechado, quer pela aplicação ao caso do enunciado n. 269 da Súmula desta Corte, quer pela incidência da detração penal, prevista no art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal.

Diante disso, pede, liminarmente, a aplicação de regime inicial mais brando. No mérito, requer a absolvição do paciente e, subsidiariamente, a redução da pena e a confirmação do pedido liminar.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, quanto ao regime, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, notadamente se consideradas a aplicação da pena-base acima do mínimo legal e a reincidência do paciente, o que afasta, a princípio, a aplicação ao caso do enunciado n. 269 da Súmula desta Corte.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito recursal, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo da impetração.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Devidamente instruídos, dispenso informações. Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

